

Entrevista

Bernard Cassen

Mais uma vez, em função de sua importância para a opinião pública, transcrevemos entrevista originalmente levada ao ar no programa Roda Viva, da TV Educativa, coligada da TV Cultura, no dia 3 de janeiro de 2000. Consignamos nossos agradecimentos à equipe de produção pela autorização desta transcrição, em especial ao jornalista Paulo Markun, diretor do programa.

O entrevistado, Bernard Cassen, cientista político e jornalista do corpo editorial de Le Monde Diplomatique, é professor do Instituto de Estudos Europeus da Universidade de Paris, além de secretário-geral da Casa da América Latina em Paris e presidente da ATTAC – Associação por uma Taxa sobre as Transações Financeiras, que propugna pela cobrança, em nível mundial, de um imposto sobre as operações do capital financeiro.

A ATTAC tem lutado para que o mundo apóie a idéia formulada pelo prêmio Nobel de economia James Tobin, que há 28 anos propôs a criação de um pequeno imposto sobre as transações especulativas. Isso daria aos Estados periféricos um mínimo de controle sobre o capital apátrida. A arrecadação proveniente desse imposto iria para um fundo destinado a combater a pobreza no mundo.

Paulo Markun – Boa noite, professor. A sensação que eu tive lendo os seus artigos no *Le Monde Diplomatique*, é a de que tudo que eu escutei nos últimos tempos sobre economia mundial, sobre a situação financeira do planeta, sobre negociações entre países, está errado. É isso mesmo?

Bernard Cassen – Não creio que esteja tudo certo. O que anunciamos, talvez, após quinze anos de trabalho sobre o funcionamento da economia neoliberal, sobre o funcionamento da globalização financeira, infelizmente, revelou-se certo. Basta ver o que houve na Ásia Oriental,

depois, na Rússia, hoje, no Brasil. O Brasil é uma lição de livro aberto sobre o efeito nocivo da globalização financeira. Vocês podem constatar isso melhor que eu. Assim, infelizmente, tenho a impressão de que tinha razão. Eu preferia estar errado.

Paulo Markun – Os defensores do sistema atual, dessa liberdade total de mercado, da globalização, dizem que não. Que o que está errado é que os países não seguiram a receita, e que, justamente por não terem feito isso, é que o mundo está do jeito que está. Como é que o senhor

defende o seu ponto de vista em relação a esse argumento?

Bernard Cassen - Para começar, vejo cada vez menos defensores do neoliberalismo atual. Vêm-se pessoas como Sachs ou Krugman, que são economistas norte-americanos, e até o Milton Friedman, todos insuspeitos quanto a terem nossas opiniões, dizerem o mesmo, que isso não funciona. Fazem críticas acerbas ao FMI. Poucos, hoje, defendem o sistema atual. Todo o mundo está de acordo num ponto: ele não funciona. O que se discute é o que colocar no lugar. Creio que a conclusão é unânime: desse jeito, caminhamos para a catástrofe. E cito para vocês alguém que é bem conhecido no Brasil: o George Soros, do qual vocês herdaram alguns colaboradores. Em seu último livro, *A crise do capitalismo*¹, - ele diz que o capitalismo vai direto contra a parede.

Paulo Markun - Cinco bilhões de dólares depois, certamente².

Bernard Cassen - Claro! O Soros é esquizofrênico. De um lado, ganha dinheiro em escala enorme, como especulador. De outro, distribui dinheiro, como filantropo. Mas sua análise é correta.

Luís Weis³ - Desde que a crise financeira mundial se instalou, há cerca de vinte meses, talvez se esteja assistindo à substituição do que se costumava chamar de

“fundamentalismo de mercado”, por uma outra forma de extremismo mental, que seria a defesa de uma espécie de medievalização da economia, como se a globalização não fosse o desfecho lógico e inevitável do capitalismo. Como o senhor se situa diante dessa polêmica?

Bernard Cassen - Primeiro, você fala de “economia”, mas não se trata de economia. Não se deve reduzir a sociedade à economia, e não se deve reduzir a economia às finanças e, muito menos, às finanças virtuais. Atualmente, não estamos nesse domínio. As finanças estão totalmente desligadas da economia. Elas se divorciaram da realidade e vivem numa esfera autônoma. E é essa esfera autônoma que provoca as crises que conhecemos.

Luís Weis - A esfera autônoma do capital financeiro é conhecida, mas quando se fala em globalização, às vezes se esquece que também existe uma mundialização da produção, de que a França dá exemplo. O *Airbus* que é montado em Toulouse não é feito em Toulouse, é feito um pedacinho na Alemanha, um pedacinho na Espanha etc. A contabilidade da *British Airways* é feita na Índia, graças à Internet. Esse mecanismo - não estou falando das finanças, estou falando da produção - o senhor acha que pode ser desmontado no combate à globalização estritamente financeira?

Bernard Cassen - Vamos colocar a pergunta sob um ponto de vista democrático. Temos sorte de viver em países onde há eleições. Como podemos mostrar nossa

¹ Ver resenha sobre este livro nas páginas 230a236.

² Isto é, após haver ganho cinco milhões de dólares... N.E.

³ Jornalista, articulista de *O Estado de São Paulo*

vontade democrática? Elegendo deputados, senadores, e elegendo um presidente. Quanto mais a produção e as finanças são mundializadas, tanto mais as entradas e saídas de dinheiro são exteriores ao perímetro democrático em que vivemos, e mais o direito do voto perde seu interesse. Você pode votar em quem quiser, da direita ou da esquerda, e isso não muda nada. Em última instância, são os mercados que governam. Quando a produção das empresas multinacionais é globalizada, quando partes dos motores do *Airbus*, são feitas em diversos lugares, o importante é ver como os eleitores, os cidadãos, podem recuperar o domínio sobre sua própria sorte. E esse domínio passa, necessariamente, penso eu, por uma volta a uma regulamentação pública por parte do Estado. Observe-se que hoje, desde a crise na Ásia, as grandes transações ocorrem em âmbito privado, não mais em âmbito público, o que diferencia esta da crise anterior, dos anos 80.

Luís Weis – Quais seriam as condições políticas necessárias para que isso aconteça? Para que o eleitor retome o controle, como diz o senhor? A forma tradicional da democracia representativa, tal como a conhecemos, seria insuficiente ou seria suficiente?

Bernard Cassen – É verdade que hoje ela é insuficiente, pois, em última instância, os políticos é que construíram a globalização, principalmente a financeira. Ela não caiu do céu. Resulta de uma decisão política de Reagan, Thatcher, Reino Unido, União Européia, os quais desregula-

mentaram e liberalizaram totalmente os mercados financeiros. Também foram efetivas em contribuir para criação dessa globalização financeira, decisões políticas que deveriam promover, não a volta às escalas nacionais – o que seria um absurdo, mas, pelo menos, o controle dos piores excessos dessa mesma globalização financeira. É preciso um retorno da regulamentação política, principalmente em nível nacional, no caso de vocês, do Brasil, e em nível regional, na União Européia, e no Mercosul. É nessa escala que podemos reencontrar os métodos de regulamentação política que poderiam evitar a desagregação que constatamos hoje. E hoje não aparece um defensor dessa situação. Alguns dizem que não há liberalização suficiente e, por isso, as coisas vão mal. Ou seja, o doente poderia morrer da cura, à força de tanta injeção. Isso não é sério. Esse tipo de desregulamentação, imposto após a queda da URSS, hoje o único sistema existente, é tão perigoso quanto o comunismo que havia na URSS e satélites.

Fábio Altman⁴ - Professor, gostaria de fazer uma pergunta mais relacionada ao Brasil. No início da entrevista, o senhor falou do George Soros e do Paul Krugman. Há cerca de um mês, na revista *Slate*, na Internet, o Paul Krugman acusou George Soros de ter-se aproveitado de informações privilegiadas do atual presidente do Banco Central brasileiro, Armínio Fraga, fato que rapidamente gerou

⁴Jornalista, repórter especial de *Época*.

uma grande polêmica. Paul Krugman pediu desculpas públicas; em seguida o Arminio Fraga foi aprovado na sabatina que o Senado lhe fez e, aparentemente, tudo correto, tudo tranquilo. Enfim, gostaria de saber o que o senhor acha do fato de o Brasil ter hoje um presidente do Banco Central que há pouco tempo era o grande, talvez o principal nome de um super, de um mega-investidor como George Soros. É isso a globalização?

Bernard Cassen— Um aspecto da globalização é a mistura de pessoas públicas e privadas, o privado ocupando o espaço público. Como estou vendo de fora, não posso comentar a nomeação do Sr. Fraga.

Fábio Altman— É ético?

Bernard Cassen— Mas, de fora, parece absolutamente caricatural. É uma caricatura nomear um assalariado de Soros presidente do Banco Central. Deve haver argumentos: como especulador, ele conhece todas as especulações deles e será capaz de jogar com isso em favor do Banco Central. Ainda assim, a direção de um banco central de um país tem uma dimensão ética que deve estar sempre presente. E ela não pode estar presente com um mega-especulador tão conhecido como Soros ou algum empregado dele. É o que se pode dizer. Mas, talvez o Sr. Fraga se revele um bom presidente do BC. O efeito, porém, é mau e evidente.

Antônio Martins⁵ - Professor, o senhor está no centro do nosso palco, mas, na

roda viva da globalização, onde está o Brasil? O real não pára de cair, a inflação voltou, o desemprego é o maior da história e o governo não toma uma única atitude sem consultar o FMI. Por que os mercados financeiros destroem as economias? E como nos contrapormos a esse processo?

Bernard Cassen— Você descreve o processo brasileiro, que, realmente, é muito negativo; mas há coisas que vão muito bem no Brasil. Ontem, li na *Gazeta Mercantil* de São Paulo, um artigo dizendo que nunca os bancos ganharam tanto como em janeiro último, o mês da desvalorização. Assim, o Banco Morgan ganhou oito vezes mais em janeiro, do que no ano anterior. Também o Chase Manhattan e outros como o Citibank, que é um grande banco norte-americano. Vocês têm aí um exemplo caricatural da globalização financeira. Descreve uma situação de desemprego, de recessão. E cito números oficiais, claro, mostrando que alguns se beneficiaram de forma maciça da crise. Então, há também otimistas no Brasil. Não se deve crer que tudo vai mal.

Antônio Martins - Num país como a França, há também o temor de que a globalização financeira provoque esses problemas sociais?

Bernard Cassen— A globalização financeira se exerce em toda parte, respondendo ao movimento dos capitais erráticos. Se acrescentarmos os totais gerados por fundos de pensão, por companhias de seguro, por bancos internacionais, por fundos especuladores, como os de Soros,

⁵ Jornalista da ATTAC no Brasil.

os *hedge funds* etc., vamos chegar à enorme soma de US\$ 21 trilhões. Isso representa quase US\$ 3.600 *per capita*, no Planeta. Esses fundos vão e vêm, não – como dizem os economistas liberais do FMI – para onde deles se precisa; ao contrário, eles vão para onde o rendimento for maior, principalmente para os países emergentes, em função de suas astronômicas taxas de juros. Suponhamos que os fundos de pensão modifiquem em 1% a distribuição de suas carteiras. Esse 1% representa $\frac{3}{4}$ das bolsas da América Latina (US\$ 210 bilhões). É um poder gigantesco dado a 400 administradores de fundos, poder suscetível de demolir completamente uma economia. Alguns países são mais vulneráveis. Um país como o Brasil é infinitamente mais vulnerável que a França, que está num conjunto mais estruturado. Mas a presença dos fundos tem efeitos perniciosos nas empresas francesas. Em algumas dessas empresas, eles correspondem a até 30%, 40% do capital. E o que querem? Querem um rendimento muito elevado, no nível de 15%, em geral. Isso é impossível, tendo em mente o futuro da empresa. Se houver 3% de crescimento, mais 3% de inflação, mais 2% de aumento de produtividade, isso dá 8%, e não é possível. Portanto, para se ter 15% de rendimento, é preciso sacrificar o pessoal, causar desemprego maciço. As demissões em massa fazem parte do modo de gestão normal das empresas. Em seqüência, sacrificar as despesas com pesquisas e desenvolvimento, sacrificar tudo o que se faz a longo prazo, a formação e o treinamento. É o que se chama em inglês

de *corporate government*, o governo dos acionistas. Os acionistas querem rendimentos imediatos. De fato, o capital financeiro não tem sentido algum de futuro; vive só o presente. O máximo de visão que tem é o trimestre, nos relatórios trimestrais. Essa lógica já é aplicada em toda parte, até na França. Na França, mais do que em toda a Europa, somos poupados um pouco da repercussão da crise, mas, cedo ou tarde, ela virá.

Luís Weis - A crise asiática tem tido repercussão. A *Business Week* recentemente saiu com uma reportagem de capa sobre o “Atlantic Century”, o século atlântico, uma alusão a esse continente desaparecido, referindo-se ao século XXI, dominado pelo medo da instabilidade inerente a esses mercados chamados emergentes, os grandes movimentos capitais, que, por acaso, ocorrem a partir do Atlântico Norte. É de se prever um problema de *credit crunch* do lado de cá, ou seja, ruim com eles e ruim sem eles. Os números mostram uma tendência brutal de investimentos dos EUA na Europa do euro, e da Europa do euro nos EUA; nas fusões de empresas e aplicações. Quer dizer, os mercados emergentes ficam, nas duas hipóteses, em má situação.

Bernard Cassen – É verdade que hoje vemos a tal “fuga para a qualidade”, como dizem os economistas. Os capitalistas investidores, escaldados na Ásia Oriental, ‘escaldados’ porque tinham o tremendo apoio do FMI, através de seus programas para a antiga URSS... Veja, o FMI visa a garantir não os países, mas os investido-

res... Isso foi denunciado pela direita republicana dos EUA, que critica severamente o FMI por garantir impunidade financeira a empresas e bancos que emprestaram dinheiro de modo temerário na Ásia. Finalmente, os que têm mais confiança nos títulos dos Estados não são os economistas liberais, mas os capitalistas, que sabem que podem ficar muito mais tranqüilos se têm em suas carteiras as obrigações de Estado, as quais obtêm notas melhores nas empresas de avaliação, do que nos mercados emergentes. E haverá um problema, nos países emergentes — aliás, um vocábulo absurdo, pois de que emergem eles? E para quê? De qualquer modo, há um verdadeiro problema, isto é, os novos países industrializados devem tentar encontrar outras estratégias de desenvolvimento, já que os países da Ásia Oriental, os emergentes, tinham uma estratégia de desenvolvimento, particularmente absurda. Desenvolvimento praticamente puxado por exportações. E não se pode basear a economia de um país só em exportações, ainda mais mono-exportações de têxteis, de eletrônicos etc., o que foi a perdição da Tailândia, da Malásia. É preciso um movimento muito mais aut centrado, com menos comércio, menos exportação, menos importação de maneira a controlar o conjunto do processo.

Luís Weis — No limite, a autarquia ...

Bernard Cassen — Não vamos cair na caricatura, nem numa autarquia, mas num controle, de modo que o perímetro, o fluxo econômico e financeiro se aproxi-

me o máximo possível dos perímetros de expressão democrática, que não mais deveriam ser nacionais, porém regionais. Vocês estão em um conjunto regional. Nós estamos num conjunto nacional, que é a União Européia. É nesse nível que a regulamentação pode ser aplicada. Mas não é deixando que os capitais erráticos vaguem pelo planeta sem controle que vamos recuperar o domínio do nosso futuro. É por isso que é necessário, na minha opinião, compartilhada com vários economistas europeus, reencontrar formas de controle. Na questão alimentar, sobretudo, não se deve confiar no mercado, mas num controle democrático. Não se deve procurar a toda força exportar para 10.000 km de distância produtos que podem ser exportados para 50 km, nem que seja por razões ecológicas, porque há um desperdício monstruoso de recursos energéticos não renováveis relativos ao transporte. Há muito transporte, muito desperdício de petróleo; há exagero de comércio internacional hoje.

Lourival Santana⁶ — Os países não são afetados pelo fluxo de capitais de maneira igual, como você mesmo reconhece. Se começarmos de 1997 para cá, a Tailândia, a Indonésia, a Coréia do Sul, o Japão, depois a Rússia e o Brasil, em cada caso há explicações muito individuais, muito concretas, sobre o modo como esses países foram abalados. Como se chegar a um consenso mundial? Porque, mesmo no nível dos blocos, um bloco individual-

⁶Repórter especial de *O Estado de São Paulo*.

mente não vai assumir o ônus regulamentação, porque isso o colocaria em desvantagem em relação aos demais blocos, quando há um desnível tão grande de situações em cada país. Esse seria um consenso inédito, inclusive.

Bernard Cassen— Certo. Em cada país, a crise tem causas, em parte, locais. No caso da Rússia, era a pilhagem generalizada. O governo também era governo do crime organizado. Um grupo de pessoas que chamavam a si próprias de oligarcas pilhou a Rússia com a ajuda de fundos de pensão norte-americanos, europeus e japoneses, de bancos internacionais, que são cúmplices e têm co-responsabilidade tanto nessa globalização financeira, quanto na nova máfia russa que se constitui depois da queda do comunismo. Bem, no Brasil não temos uma situação igual à da Rússia, mas tampouco dela estamos tão longe. O que aconteceu? Os números que apresentei há pouco mostram que houve cumplicidade, como se diz em francês, *des délits d'initiés*. Alguns tiveram informações privilegiadas e se aproveitaram disso. A fuga maciça de capitais, para muitos economistas, quase foi premeditada, com a ajuda do FMI. No todo, o empréstimo do FMI equivale aproximadamente à fuga de capitais em dólares. Obter um consenso não é fácil, pois os interesses divergem. Hoje, vocês têm, de um lado, os EUA, que exigem sempre mais liberalização, porque são os principais beneficiários dela. Uma parte da elite sul-americana também é beneficiária principal disso. Há a União Européia, com uma posição muito mais mitigada e que quer uma regulamentação

mais ampla. De outro lado, o Japão, também nessa situação. O Japão e a Europa pedem, em vão, que se criem zonas de paridade monetária entre o euro, o iene e o dólar. Algo que os EUA recusam categoricamente, e já disseram, várias vezes, que não querem essa banda de flutuação limitada. O verdadeiro problema é saber se a Europa e o Japão e, com eles, os países ditos emergentes terão a vontade política de impor uma regulamentação frente aos EUA. Hoje, o problema é dos EUA.

Luís Weis— E os EUA seguem sem uma crise profunda da bolha financeira?

Bernard Cassen— Nesse domínio, os EUA se caracterizam, por um lado, pela vontade de impor suas leis ao mundo todo, inclusive, como fazem no Iraque; por outro, por uma grande fragilidade. Vocês que lêem, como eu, a imprensa financeira anglo-saxônica, devem ter observado os gritos de alarme que se multiplicam nos EUA, devem se lembrar mesmo que Alan Greenspan, presidente do Banco Central dos EUA, advertiu: “Cuidado, a cotação das ações de algumas empresas é absurda”. Algumas das que estão na Internet, como *Auer*, *Yahoo*, e a *Amazon*, que vendem livros e são virtuais, têm capitalizações superiores às da *Boeing* da *General Motors*. Algumas simplesmente não têm lucro. A *Amazon*, por exemplo, só tem prejuízos. E, se você quiser justificar a capitalização acionária da *Amazon*, é preciso que essa empresa realize nos dois próximos anos um lucro igual ao seu faturamento, o que seria delirante. Sabe-

mos que, enquanto durar a ilusão, isso funciona, mas, de um dia para outro, alguém dirá: “É absurdo!”, como nos desenhos animados. Há o personagem que corre, chega ao precipício e continua a correr no ar. Depois, percebe que está no ar e cai. É o que vai ocorrer.

Luiz Felipe de Alencastro⁷ - Bernard, quando você falou da questão da Europa, pensei no problema do euro. O euro foi criado em outras circunstâncias e houve uma forte crítica de vocês do *Le Monde Diplomatique*, sua em particular, sobre o fato, por exemplo, de o presidente Jacques Dellord, da Comissão Européia, ter falado só mais tarde que havia exigido o nível de emprego como um dos parâmetros de criação do euro e isso no Tratado de Maastricht em 1991. Mas ele só foi contar isso mais tarde, quando tinha perdido, calando-se em vez de ter mobilizado a opinião para isso. O fato é que o euro está aí, e parece que está dando certo. Tanto assim que, há pouco, o primeiro ministro Tony Blair programou a entrada da Inglaterra no euro. O euro, agora, pode funcionar como um escudo protetor da Europa dentro da crise financeira, mas já há um ponto fraco nesse escudo, que é exatamente a peseta espanhola. E por causa da crise da América Latina, a Espanha se engajou brutalmente aqui. A Bolsa de Madri está em queda nas últimas semanas, agora se tem crise no Equador. Esse “agora” que eu digo foi ontem; ama-

nhã pode ser na Argentina. De repente, o senhor não acha que o escudo do euro pode levar um primeiro tiro, e que esse pode ser em cima da Espanha?

Bernard Cassen – Atualmente, não existem mais pesetas. A paridade é fixa entre as moedas. No fundo, a questão é que criticamos o euro, e o euro tem um papel positivo. Na verdade, é uma realidade que não é preta nem branca. Os critérios exigidos para se chegar ao euro são exclusivamente monetários, critérios de convergência, quando, na verdade, não se trataria de convergência, mas de paralelismo monetário, como nas situações globais, quando elas se aproximam. Aqui, não é o caso. A busca de critérios de convergência, índice de inflação, taxa de juros a longo prazo, etc. Pode-se dizer que a exigência dessa política de austeridade provocou um milhão de desempregados a mais, na França. Hoje, na Europa, há uma obsessão de luta contra a inflação, coisa que não existia há tempos. Há um pouco de inflação no Brasil. Na Europa, não existe inflação. A inflação média é menos de 2%. Na França, é 0,2%. Haverá um grande prejuízo social, pela criação do euro. Eu temo muito, também, uma crise regional. Isto é, os investimentos indo para regiões bem dotadas, e as menos dotadas, periféricas, que precisariam de uma injeção importante de dinheiro público, não podendo recebê-lo, pois os Estados têm cada vez menos recursos. Estamos cada vez mais ricos na Europa, mas os Estados, não. Então, apesar da crítica interna que continuamos a fazer ao euro, em especial ao modo de gestão do

⁷ Historiador, professor da Unicamp e pesquisador e diretor científico do CEBRAPE – Centro Brasileiro de Pesquisas.

euro, realizada por uma entidade independente, o Banco Central europeu, que tem uma única missão: a estabilidade da moeda. O Banco Central norte-americano tem outra missão, que é a missão do crescimento. No âmbito internacional, claro, o euro criou estabilidade monetária na Europa. Ele impediu as desvalorizações competitivas entre as moedas européias, como pudemos ver nos anos 92 e 93, quando a libra saiu do sistema lastreador europeu. No âmbito internacional, o euro pode tornar-se um elemento de estabilidade, principalmente como moeda de reserva para novos países. Vamos ver. Tudo vai depender da existência ou não de uma vontade política européia. No momento, essa vontade política não existe. Não há uma vontade política comum; há vontades nacionais, mas não uma vontade européia. Tudo dependerá de saber se o Banco Central europeu vai querer jogar com o euro como os EUA jogaram com o dólar. Acho que não vai ser assim. Isso porque os dirigentes dos bancos centrais europeus e do Banco Central europeu, em particular, têm um tipo de obsessão por inflação que, hoje, é até surrealista. Isto faz com que eles não queiram usar o euro como arma de combate comercial. Eles têm a obsessão do ‘euro forte’. Como havia, antigamente, o franco ou o marco fortes. Mas, nos EUA, a expressão ‘dólar forte’ não significa nada. Para os norte-americanos, existe o dólar e acabou. Ele é forte ou fraco, segundo a conjuntura. Às vezes, é preciso que seja forte; às vezes, que seja fraco. Ao passo que, na Europa, temos a ‘teologia da moeda forte’, o que

nos prejudica muito em relação aos EUA. O euro baixou um pouco em relação ao dólar, e achei muito bom. Quem dera que tivesse baixado mais.

Paulo Markun – Professor, num dos seus artigos sobre o tema nação e nacionalismo, o senhor cita Emmanuel Tod, que fala da ilusão econômica, adiante mencionando o seguinte: “A explosão de nações produziu a mundialização, a globalização, e não o inverso; e na França, como nos EUA e na Inglaterra, o antinacionalismo das elites é que comanda”. E, ainda, segundo essa citação de Emmanuel Tod: “O retorno de uma consciência coletiva, centrada sobre a nação, poderia transformar o tigre da mundialização, ou da globalização, num gato doméstico totalmente aceitável”. O senhor acredita nisso? O senhor acha que esse tigre tem como ser domesticado? E como é que se domestica esse tigre?

Bernard Cassen - Você citou passagens de Emmanuel Tod. Não estou de acordo com o que ele diz. Respeito e admiro a opinião dele sobre diversos assuntos, mas aí, na minha opinião, ele leva um pouco longe demais o paradoxo, ao dizer que a explosão das nações criou a globalização. Eu digo que foi exatamente ao contrário. É verdade que, como ele disse, na Europa, particularmente na França — e vocês me dirão se acontece também aqui na América Latina — as elites já se desnacionalizaram. Eu diria melhor ainda, elas se ‘des-territorializaram’ e se globalizaram. Vivem em lugares fora de limites territoriais, como os capitais *off-shore*. Não têm mais

sentimento de solidariedade com seu próprio povo. Identificam-se ... Aliás na França essa solidariedade com seu povo já não mais existe. Existe um europeísmo, porque a Europa é uma justaposição de povos, de línguas, de culturas, porém, não há mais...

Paulo Markun - Que durante muitos séculos brigaram inclusive, brigaram entre si ...

Bernard Cassen – Mas brigar também cria laços. Não se briga com qualquer um. Gostamos de ter inimigos.

Francisco Withaker⁸ - Eu queria colocar uma questão, voltando, pegando um pouco esse gancho aí. Na verdade ...

Paulo Markun – Desculpe, eu queria só que ele me explicasse, como é que se transforma o tigre em gato....

Francisco Withaker – Exatamente. Talvez a minha questão ajude a elaborar essa resposta. É que na verdade, a vinda dele ao Brasil, participação em cinco palestras em vários lugares do Brasil, Rio, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Porto Alegre, está ligada ao fato de ele ser presidente de uma associação chamada ATTAC, que está querendo exatamente pegar esse problema, como transformar, não sei se o tigre em gato, mas enfrentar esse problema da ditadura do capital financeiro e as conseqüências que tem para os povos. E queria pegar duas frases, da plataforma da associação que ele presi-

de e perguntar: isso, o conteúdo dessas frases, se aplicaria ao Brasil de forma total, ou não? E, então, lhe perguntar como essa ação está sendo desenvolvida na França. Para que a gente veja se tem alguma possibilidade de fazer alguma coisa por aqui. Parece que lá a ATTAC tem tido um sucesso enorme, está fazendo muita gente se mobilizar. As duas frases são as seguintes: “É preciso superar o duplo desafio da implosão social e da desesperança política, o que exige, portanto, um despertar cívico militante”. E no final da plataforma, a ATTAC, quer o quê? Entre outras coisas, “reconquistar os espaços perdidos pela democracia em benefício da esfera financeira, e trata-se simplesmente de nos reapropriarmos juntos do futuro do nosso mundo”. Na verdade, eu acho que esse é o desafio que está sendo enfrentado. E eu me pergunto se essas frases não se aplicam, absolutamente, do jeito que elas estão, à realidade brasileira. Eu lhe pergunto: na França, essa associação têm tido receptividade, com essa proposta que tem aqui? Por quê? Existe, por acaso, uma desesperança, uma implosão social, uma falta de militância, isso está criando espaço de militância? O que é que se conclui a respeito?

Bernard Cassen – Vou responder à sua pergunta, junto com a do Paulo, pois estão muito ligadas. Contrariamente a Emmanuel Tod, acho que a globalização destrói o sentimento nacional. Na França, não utilizamos mais a palavra nacionalismo, que tem conotação pejorativa. Nacionalismo implica pensar que seu país sempre tem razão, enquanto que um pa-

⁸ Secretário-executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

triotista republicano, como eu me definiria, considera que há valores acima da nação, que têm primazia sobre ela. Hoje, as únicas esferas de expressão democrática são as nações. Não há outra. As Ong's têm papel importante, mas não a legitimidade do sufrágio universal. É no âmbito das nações e dos conjuntos regionais, compostos de nações, que as regulamentações políticas podem se efetuar. Eu diria que elas devem se realizar, porque, como você disse, em relação à plataforma da ATTAC, constatamos na França — e creio que o diagnóstico vale também para o Brasil — que a implosão social é evidente. Na França, em toda a Europa, têm-se de modo geral cada vez mais riqueza global e, simultaneamente, cada vez mais pobreza, precariedade. Ouseja, o sistema neoliberal produz, concomitantemente, riqueza em geral e cada vez mais pobreza, produz cada vez mais violência. A violência, a delinqüência, eis o verdadeiro barômetro da globalização financeira. Mais globalização, mais violência. Vemos, na França, a instalação de nichos de violência que não existiam até há três, quatro anos. Há lugares, na França, onde a polícia nem pode chegar. E o desespero social vem de onde? Da impotência do cidadão. Ele se dá conta de que não importa o que faça ou diga, não adianta. Os próprios dirigentes políticos o dizem. Por conseguinte, ajudar os eleitos a exercer o poder e a dar esperança ao cidadão é uma missão cívica urgente. Essa parte da plataforma que Francisco mencionou explica também o sucesso fenomenal dessa associação, até para nossa grande surpresa, digo com

sinceridade. E é uma verdadeira mobilização que ocorre. Temos mais de mil novas adesões por mês. Estamos chegando às dez mil. Vemos chegar à associação muitos jovens que nunca militaram em nenhuma organização, mas eles dizem que, ali, talvez possam fazer algo. Não se trata só de denunciar, de criticar — somos jornalistas e analistas —, mas também de agir positivamente. É um modo de dar esperança.

Fábio Altman - Professor, eu gostaria que o senhor falasse mais concretamente sobre isso: uma das propostas da ATTAC é a taxação de transações financeiras. Eu queria que o senhor explicasse para a gente, concretamente, como funcionaria essa taxação de transações financeiras e o dinheiro daí acumulado, para onde iria e de que forma ele seria, vamos dizer ironicamente, 'aplicado'?

Lourival Santana - Completando a pergunta, a experiência mais próxima que nós temos de uma gestão de um dinheiro assim é o Banco Mundial, que têm sido extremamente criticado em seus projetos no mundo inteiro — problemas sociais, ambientais, causados por projetos do Banco Mundial. Quem geriria todo esse dinheiro, que, pelos cálculos que vocês fizeram, a 0,05% do fluxo total de capitais, daria US\$ 100 bilhões por ano?

Paulo Markun - Só quero acrescentar mais uma coisa. No Brasil nós temos uma experiência um pouco preocupante de um imposto sobre transações financeiras, que pelo nome não é imposto, que seria provisório, mas já não é provisório, que

seria dedicado à saúde mas que ao que tudo indica ...

Luís Weis - E tem o IOF também ...

Paulo Markun – Exatamente. Tudo isso, acho que reforça o sentido de entender como funcionaria o projeto....

Bernard Cassen – De forma geral, pode-se dizer que na grande maioria dos países a renda financeira não é taxada, ou quando o é, essa taxa é muito pequena. Muito menos que a renda proveniente do trabalho. Em outros termos, é melhor ser rico e viver de renda, do que trabalhar. Infelizmente, não é todo mundo que pode viver assim. De um ponto de vista moral, ético, por que não taxar as rendas financeiras de quem é rico, do mesmo modo que ocorre com a renda de quem trabalha?

E que dizer das devastações provocadas pela circulação errática de capitais? A idéia de James Tobin, Nobel de economia, significa colocar, como disse J. M. Keynes, “um grão de areia na engrenagem da especulação”. Para ele, seria uma taxa sobre um aspecto apenas das transações financeiras: ações, obrigações, porque estas se referem a produtos derivados, matérias-primas, e também sobre a especulação com moedas e divisas. A taxa, proposta por Tobin, incidiria só sobre esse aspecto, e não sobre outros. A cada dia, troca-se, no mercado de divisas, US\$ 1,8 trilhão. São estimativas. As trocas de bens e serviços da economia real, no nível internacional, representam o total, num ano, segundo a Organização Mundial do Comércio, de US\$ 6 trilhões. E a especu-

lação chega, por dia, a US\$ 1,8 trilhão. Isso seria, se considerássemos três dias de especulação. Então, em 303 dias, há três dias consagrados à economia real e trezentos, à especulação desenfreada sobre as divisas, na qual o Sr. Soros ... a toda hora encontramos esse cavalheiro ... No campo da especulação, ele se deu bem também no Brasil. Ele e vários grandes ‘artesãos’. Para impedir isso, Tobin propôs taxar todas as transações, cada troca de moeda, num índice muito baixo, podendo ser de 0,01 a 0,02 ou 0,1, pouco importa. Se trocarmos, digamos, US\$ 10 bilhões ... Vocês têm o fundo de pensão e trocam os dólares norte-americanos por dólares australianos. Vocês ganham, porque fazem isto para ganhar, e vão pagar 0,1%. Não é muito. Se vocês fizerem isto 20 vezes ao dia, porque as transações financeiras duram, às vezes, 15, 10 minutos — é uma coisa permanente, 24 horas por dia —, isso começa a contar. Então, vocês começam a se perguntar: “Vou ganhar mais ou perder, considerando as taxas?”. Para Tobin, isso visava a reduzir o número de transações e, portanto, a estabilizar o sistema.

Agora, chegamos a um ponto sobre o qual é preciso refletir: como restaurar essa taxa, e para que ela serviria? Algumas pessoas nos dizem, como é o caso de nosso Ministro da Fazenda, o Dominique Strauss-Kahn, na França, que se pronunciou contra essa taxa, ao passo que o atual premier Lionel Jospin, em sua campanha presidencial em 1995, se pronunciava a favor... Diz Strauss-Kahn: “Não vai render grande coisa para os bancos a especu-

lação sobre as moedas”. Strauss-Kahn está gozando o mundo inteiro. Basta olhar os números. Vocês têm os números que citei há pouco. Vemos por exemplo, nos números tornados públicos, aqueles que os bancos publicam: o Citibank, nos EUA, ganhou em um semestre, especulando unicamente sobre moedas, porque ele tem muitas outras atividades, FFr\$ 3,5 bilhões, apenas com 350 *traders* (corretores) na sala de mercado. No mesmo período, o grupo do automóvel *Citroën* ganhou FFr\$ 2 bilhões. Temos 350 pessoas, de um lado, e 140.000 pessoas, do outro. Isso dá uma idéia do caráter irracional da economia hoje. Ganha-se mais especulando-se com as moedas, do que produzindo no âmbito da economia real. Aí reside o divórcio. Como fazer, então? Dizem que isso não é possível, tecnicamente. Mas claro que é possível tecnicamente. Há uma literatura imensa a respeito da Taxa Tobin⁹. Posso mostrar uma bibliografia dele a respeito do assunto. Pode não ser completa, mas é bem abrangente. O problema não é técnico, é político: saber se eles querem, ou não, dar fim a essa especulação. Como há setores nos governos que, geralmente, são porta-vozes dos setores financeiros, não é o caso aqui no Brasil, onde eles não precisam de porta-vozes. Mas isso dá praticamente no mesmo. Eles são contra a taxa.

Agora, pedagogicamente, seria melhor dizer para que ela serviria e quem iria

⁹Ver: Bernard Cassen, “Vive la Taxa Tobin” *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1999, na Internet: www.monde-diplomatique.fr/1999/08/cassen/12363.html.

geri-la. Quem vai gerir a taxa? Não o Banco Mundial, nem o FMI. Nem os políticos, que se revelaram catastróficos. Seria preciso criar uma agência mundial, mesmo se o dinheiro fosse coletado nas bolsas de valores ocidentais. É verdade que não há especulações maciças sobre as moedas em Johannesburgo, isto é, em países do Terceiro Mundo. Isso acontece principalmente na Europa, Tóquio, Hong Kong etc.

Fábio Altman – Não é um paradoxo? Vejamos: essa agência hipoteticamente criada para gerir esse dinheiro, não ia guardá-lo debaixo do colchão. Seguramente eles teriam que fazer esse dinheiro crescer, ser aplicado...

Bernard Cassen – O dinheiro viria de países com bolsas de valores importantes, tomando-se a precaução de eliminar os paraísos fiscais, já que, evidentemente, poderia haver uma transferência das transações das bolsas para esses paraísos fiscais. Creio que no Brasil vocês conhecem muito bem os paraísos fiscais, tipo Nassau e Ilhas Cayman. Na Europa também conhecemos: Gibraltar, Liechtenstein, San Marino, Andorra, Ilhas George. Há muitos desses paraísos na Europa. Governos dignos desse nome deveriam proibir transações com esses paraísos fiscais, que são lugares de lavagem de dinheiro, da criminalidade organizada, da droga, das propinas, do tráfico de armas etc. É sintomático que todos os bancos, franceses e brasileiros, tenham sucursais em todos esses paraísos fiscais. Podemos mesmo nos perguntar se a criminalidade financeira não é um lubrificante necessário do

sistema neoliberal. É uma questão que ainda não foi proposta.¹⁰

Para responder à sua pergunta, seria preciso criar uma agência internacional que administrasse o dinheiro coletado nos países ricos, onde isso ocorre e, em seguida, o destinasse a finalidades diversas. Mas não haveria necessidade disso. Se vocês lerem o último relatório do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 1998¹¹, verão que ele mostra uma porção de coisas. É uma leitura importante e necessária. Ele mostra que, com US\$ 40 bilhões por ano, se poderia equacionar o problema da grande pobreza no Terceiro Mundo. Os problemas de saneamento básico, da educação básica e o acesso à água potável, que não existe para 800 milhões de pessoas no mundo. Sim, existem 800 milhões de pessoas sem água potável. Com apenas US\$ 40 bilhões. É irrisório, um nada. É o que Soros ganhou nos últimos dois anos. Esse dinheiro, é preciso ir buscá-lo onde esteja, com os financistas e os muito ricos. E a Taxa Tobin poderia servir para isso. No momento, não há reflexão global sobre isso. Nós, da ATTAC, nos lançamos em nível nacional e internacional a fim de dizer isso: eis aí para que esse dinheiro poderia servir, e como gerenciá-lo. É preciso fazer pressão nesse nível. A

¹⁰ Como lugar de origem dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil entre janeiro e setembro de 1999, consta (em US\$ milhões): Ilhas Virgens – 160,96; Ilhas Cayman – 1.236,66; Bermudas – 242,57; Panamá – 89,74; Ilhas Bahamas – 21,42. Fonte: *Gazeta Mercantil*, 04.02.00. N. do Editor.

¹¹ Na Internet: www.undp.org/hdro/98.html. N. do Editor.

Taxa Tobin interessa muito também a vocês, aqui no Brasil, porque vocês não têm uma bolsa importante como as de Frankfurt, Londres, Zurique e Paris. Ela pode interessar a vocês como beneficiários dessa receita.

Pedro de Camargo Neto¹² – Professor Cassen, o senhor colocou bem o divórcio entre o volume dos fluxos financeiros e a economia, e o volume de comércio. A ATTAC tem o mérito de iniciar esse debate, acho que precisa ser enfrentado mesmo, esse divórcio. Mas ainda existem distorções no comércio que não foram equacionadas. Em particular, no comércio agrícola existe uma distorção muito grande, onde os países desenvolvidos conseguem proteger e subsidiar seus agricultores, coisa que os países em desenvolvimento nem se quisessem conseguiriam. Isso é uma distorção que está aí. O que o senhor acha disso? O que o senhor acha de nós desenvolvermos uma proposta, levarmos à Comunidade Européia através do embaixador em Brasília, de que pelo menos para os pequenos agricultores ou para a agricultura de assentamento, de reforma agrária, a Europa abra seus mercados e permitisse que o agricultor do assentamento tivesse acesso ao mercado do consumidor europeu rico, para que isso viabilizasse uma melhor situação do campo brasileiro.

Bernard Cassen – A proposta é absurda, dizendo francamente. E digo por

¹² Consultor de desenvolvimento rural, presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Pecuária.

quê. A União Européia adotou uma política agrícola comum desde o início dos anos 60. Isso resultou da guerra. A guerra tornou necessário um mínimo de auto-suficiência alimentar na Europa. A política agrícola comum se desenvolveu em bases protecionistas, contra importações e a fim de manter um lucro decente para os agricultores. Então, a política agrícola comum se desenvolveu com base na proteção contra o exterior e também a partir de subvenção às exportações. Mesmo que se admita ser justificada e até admissível, essa proteção, tanto para a União Européia quanto para os outros, ainda assim, essa subvenção me parece escandalosa. Hoje, a União Européia tem excedentes, produz mais do que consome. Não vejo porque a União Européia deva absorver produtos agrícolas. Não têm o que fazer com eles, já tem demais. Então, onde estão os mercados para os produtores de que você fala? Por que exportar produtos argentinos ou brasileiros para a Europa? Os únicos mercados para esses produtos são o próprio Brasil, com milhões, dezenas de milhões de famintos, e a América Latina toda... Cito números do BID, de seu relatório: há 150 milhões que sofrem de desnutrição na América Latina. O mercado agrícola para a América Latina está na América Latina, não na Europa...

Pedro de Camargo Neto - Ele não tem renda para se alimentar, mas uma maneira de se adquirir renda seria exportando, seria exportando e tendo acesso, não é uma questão de falta de produção, é uma questão de renda ...

Bernard Cassen – Como pode você aceitar, sendo brasileiro, a idéia de exportar produtos alimentícios, quando vocês têm milhões de compatriotas sem dinheiro para comer aqui?

Pedro de Camargo Neto - Precisamos importar produtos industrializados da Europa...

Bernard Cassen – Vocês vão se transformar, como se transformou o México... Com os acordos, o México se transformou, abandonou a cultura de completa suficiência, em nome da cultura de exportação, e acabaram tendo que importar até arroz.

Pedro de Camargo Neto – Não, não, não, é questão de equidade...

Bernard Cassen – Não defendo a União Européia; não ligo para isso. Falo do conceito de segurança alimentar. Você não tem como colocar os interesses do comércio acima dos interesses dos produtores agrícolas. O mercado dos produtores agrícolas brasileiros está no Brasil.

Pedro de Camargo Neto – Hoje a guerra é financeira, e é essa que temos que enfrentar juntos, e o senhor ainda tem uma política desenvolvida no tempo da guerra...

Bernard Cassen – Estou totalmente de acordo com você. É preciso suprir todos os apoios à exportação.

Pedro de Camargo Neto – É, que já atrapalha muitíssimo. O que provocaria um desenvolvimento no Brasil enorme...

Bernard Cassen – Seria muito bom e, na França, milito com sindicatos agrícolas,

que pedem a supressão dos incentivos à exportação. Mas isso não implica importar aquilo que já temos em excesso. Seria um absurdo. Parece-me evidente.

Pedro de Camargo Neto - Abriu precedentes em função de subsídios enormes...

Bernard Cassen - Sim, claro. Algumas subvenções são necessárias. Mas, por que demolir a agricultura europeia? É disso que se trata.

Pedro de Camargo Neto - Mas ninguém quer demolir a agricultura europeia, imagina, longe disso...

Bernard Cassen - Então porque não buscar mercados onde eles estão? Na América Latina. Até com a ajuda da União Europeia, para subvencionar os agricultores ou tornar a comida acessível às pessoas que não têm como se alimentar. É isso que eu proponho a vocês: auto-suficiência alimentar, segurança alimentar dos habitantes do continentes de vocês. Vocês falam em exportar para a Europa, quando se morre de fome aqui.

Antônio Martins - Uma pergunta sobre a imprensa. O senhor participou em 1997 de um dos debates mais instigantes do jornalismo internacional moderno, realizado em Londres, o qual reuniu uma bancada de jornalistas do *Financial Times*, o jornal defensor do neoliberalismo, e uma bancada do *Le Monde Diplomatique*. Uma das intervenções da sua bancada foi resumida sob o seguinte título: “Contra o jornalismo de mercado, estimular a dissidência”. O que é o jornalismo de mercado? E o que é a dissidência, hoje?

Luiz Felipe de Alencastro - Eu tinha, ainda, uma pergunta anexa a essa: eu gostaria que você explicasse para os brasileiros que não sabem a origem do movimento ATTAC, da corrente que se formou no *Le Monde Diplomatique*, no momento em que Claude Julian foi o editor do jornal nos anos 70. Enfim, como evoluiu tudo isso, tornando-se um movimento de opinião e um órgão de intervenção importante.

Francisco Withaker - Juntando à pergunta, mais essa também, já que você vai falar da origem do movimento ATTAC: numa das etapas do movimento houve, digamos, um acidente de percurso do capitalismo mundial, que foi a publicação pelo *Le Monde Diplomatique* de um artigo que explodiu com o chamado Acordo Multilateral de Investimentos¹³ - do qual, aliás, nem muita gente sabe, aqui no Brasil, do que se trata. Esse acordo, exatamente, dava ao capital todos os direitos e nenhum dever, e uma vez denunciado, em fevereiro do ano passado, se não me engano, mobilizou muitas organizações na Europa, nos EUA, de que resultou o engavetamento desse acordo.

Luís Felipe de Alencastro - No Brasil, o único artigo sobre esse ‘AMI’, foi foi escrito por um sociólogo português, que ensina em Coimbra.

¹³ MAI (Multilateral Agreement on Investment), cujas negociações iniciaram-se em 1995 no âmbito da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Fonte: Pinheiro Guimarães, Samuel: *Quinhentos Anos de Periferia*, Porto Alegre, Ed. Contraponto, 1999. N. do Editor.

Bernard Cassen—É verdade que há 15 anos ou mais, o *Le Monde Diplomatique*, que além de em francês, é publicado em mais oito línguas, na Europa, no mundo árabe, na América Latina etc. É uma revista que nós não mais consideramos francesa, mas internacional, publicada em Paris, com muitas colaborações de professores universitários e pesquisadores que não são só franceses. Podem ser norte-americanos, brasileiros, espanhóis, asiáticos etc. Desde o início, temos feito crítica ao neoliberalismo.

Como eu já disse, com relação ao AMI constatamos hoje que a crítica era exata. E confrontamos nossas teses, como você lembrou, naquele debate mano a mano com três jornalistas do *Financial Times*, que são os tenores da ideologia neoliberal. Eram três do *Financial Times* e três do *Le Monde Diplomatique*, eu entre eles. Debatesmos, ou ao menos justapusemos intervenções e, durante as intervenções, meu colega Serge Halimi desenvolveu o conceito de ‘jornalismo de mercado’. É algo que tem muitos adeptos, na França. O que são jornalistas de mercado? São os que interiorizaram tanto a lógica neoliberal que, sem pressão, sem censura, fizeram-se porta-vozes naturais dela. São muito numerosos na França. Se vocês ouvirem rádio na França, todas as manhãs os editoriais econômicos e financeiros são um delírio ultraliberal. E nunca há pontos de vista dissidentes. Têm uma ancoragem ideológica muito forte no rádio e na televisão, um pouco menos na imprensa escrita, onde há um pouco mais de diversidade. Esses são o que chamamos de

jornalistas de mercado, que raciocinam, ou melhor, que no lugar do cérebro têm o conceito de mercado.

Antônio Martins - Professor, no Brasil há um entrelaçamento muito forte entre a ‘grande imprensa’ e a ‘grande empresa’. Vou dar um exemplo: no ano passado, praticamente todos os órgãos de comunicação, considerados grandes, dependeram da privatização da Telebrás e, praticamente, todos eles estavam ligados de alguma forma às empresas que estavam disputando a privatização. Se nós queremos construir uma sociedade democrática, não é necessário que o público saiba dessa relação um pouco promíscua entre a ‘grande imprensa’ e a ‘grande empresa’?

Bernard Cassen— Vocês vivem uma situação muito próxima da francesa. Na França, também, os grandes meios audiovisuais estão nas mãos de grandes grupos que nada têm a ver com a comunicação. Por exemplo: a principal rede, a TF1, está nas mãos principalmente do grupo *Bouygues*, especializado em imóveis e obras públicas, que constrói no mundo inteiro, talvez até no Brasil. Não é pela TF1 que vocês ouvirão críticas à construção de imóveis e obras públicas, muito menos informações sobre os indiciamentos de que são alvo diretores do grupo *Bouygues*. Disso eles não falam. Outras redes pertencem a outros grandes grupos, como o Vivaldi, presente no mundo todo. Isto é, a liberdade de expressão dos jornalistas já está terrivelmente circunscrita por grupos financeiros e até militares. Quanto a estes, penso no grupo *Matra-Hachette*, que

possui várias rádios, inclusive a Europa 1, que é das mais importantes. Quando se tem um grande empresário da construção ou da indústria de armamentos como patrão, sabe-se logo do que não se deve falar. Eu acrescentaria, ainda, o fato de os jornalistas econômicos, quase todos, serem pura e simplesmente porta-vozes do FMI, da OCDE, do Banco Mundial, da OMC. E isso de forma espontânea e natural. Hoje, a expressão pluralista se restringe de modo absoluto. Os únicos espaços de liberdade estão nas emissoras públicas. Vou mais longe: liberdade de expressão, em rádio e TV, está nas emissoras públicas, não nas empresas privadas. O que acontece nas emissoras privadas é um verdadeiro escândalo. Na França nos apresentam a questão assim: “TV pública custa dinheiro”. Não sei como é isso por aqui. Na França, além dos impostos, nós pagamos ...

Paulo Markun - Aqui, infelizmente, não... (risos)

Bernard Cassen – Mas vocês pagam de outra forma, através de impostos. Na França, além dos impostos, pagamos uma taxa. Mas as televisões privadas são gratuitas, não custam nada. Eu acho incrível dizer isso. Elas custam, sim, e são caras, pois são financiadas pela publicidade. A publicidade está incorporada ao preço de venda do produto. Quando se compra uma garrafa d’água, paga-se pela publicidade que passa na TV privada, a qual permite que se tenha a TV privada de graça. Os grandes grupos financeiros industriais, quando as compram, é porque

têm interesse nas TVs. Por que tanto interesse na TV? Não por motivos humanistas, mas porque querem controlar um importante meio de expressão, o que lhes permite, ao menos, escapar às críticas.

Luís Weis - Televisão é um bom negócio também...

Bernard Cassen – ...além disso, é um negócio muito bom.

Luís Weis - Nem tudo é conspiração, às vezes é...

Bernard Cassen – Os dois. As telecomunicações são um negócio muito bom — nem sempre foi assim na França, mas agora se tornaram — e também permitem um controle ideológico maior. Atualmente, a liberdade só está nas TVs públicas, a liberdade de expressão dos jornalistas.

Voltando à sua questão sobre a origem da ATTAC, e do AMI – Acordo Multilateral de Investimentos. Nossa crítica à globalização financeira foi desenvolvida durante anos, particularmente durante a negociação do Acordo Multilateral de Investimentos dentro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre as trinta organizações mais ricas do mundo. Como você disse, era um acordo absolutamente monstruoso, criminoso, que dava todos os direitos aos investidores financeiros e todas as obrigações aos governos, tendo como árbitro uma instância privada, a Câmara de Comércio Internacional. Nunca se viu isso na história. Um triunfo absoluto da globalização. Graças a movimentos de cidadãos no Canadá, nos EUA, na Europa, e de *Le*

Monde Diplomatique, que publicou um artigo importante, denunciando o AMI — inclusive há no *site* da Internet um texto completo, clandestino, em francês, sobre o acordo —, alguns políticos começaram a se mobilizar. Jack Lang, presidente da Comissão de Assuntos Estrangeiros da Assembléia Francesa, afirmou: “Não sei o que se está negociando, nem quem negocia, nem em nome de quem”. Isto mostra o quanto a representação nacional é desprezada nesse tipo de acordos internacionais. Depois de vários movimentos e pressões de todos os lados, finalmente o governo francês, que a princípio julgava o AMI muito bom $\frac{3}{4}$ o ministro da Fazenda Strauss-Kahn chegou a dizer que “AMI significa amigo” $\frac{3}{4}$ finalmente o governo francês, após muita pressão, retirou-se das negociações em outubro último, o que prova que a globalização pode ter alguns bons efeitos, porque se caracteriza por uma lógica sistêmica. Temos o baht, a moeda tailandesa, que se desvaloriza e provoca um efeito dominó que chega ao Brasil. Quando se retira um elemento importante das negociações, como, no caso, a França, todo o edifício desmorona. Hoje, o projeto do AMI está provisoriamente enterrado, porque ainda há clones, que podem reaparecer em âmbito euro-americano ou mundial.

Agora, quanto à ATTAC, um movimento que existia como prolongamento dessa resistência. Ao lançarmos a idéia da ATTAC, no *Le Monde Diplomatique*, sem saber que teria tanto sucesso, recebemos a adesão de outros periódicos, sindicatos, associações, um conjunto de 60 estruturas ou

pessoas jurídicas, Ong’s, publicações, algumas prefeituras, e a associação sendo lançada em toda a parte. Vocês leram. Seus objetivos visam a dizer que isso tudo não é irrecorrível. O que foi feito pode ser desfeito, pelo mesmo meio. E podemos ganhar. O caso do AMI é um exemplo de vitória contra tudo e contra todos. A derrota do governo francês se deveu a razões anteriores, mas prova que há pontos vulneráveis e fracos que podem fazer o sistema desabar. Não se deve ser derrotista; é preciso lutar. Como? Primeiro, através da informação. A ATTAC se propõe produzi-la de modo cientificamente correto. Temos, para isso, um comitê científico presidido por um economista muito conhecido na França, René Papait, vinte grandes economistas e uma rede com outras dezenas, que produzem informação sobre fundos de pensão, sobre taxações, Taxa Tobin, outros tipos de taxação financeira, paraísos fiscais, criminalidade financeira, apropriação de ativos pelo capital. Essas informações são coligidas em livros e resumidas em panfletos que se distribuem até nas ruas. Tudo isso tem de ser exato. Não se pode dizer qualquer coisa pelas ruas. Os números e a argumentação devem ser precisos, a fim de conscientizar nossos cidadãos, explicar-lhes que as finanças não são tão complicadas. Querem fazer-nos acreditar que elas são só para os financistas. Não, são um negócio para todos. Como as questões militares não são só dos militares e as questões educacionais não são só dos professores. Este é um movimento cívico.

Paulo Markun – Num dos seus artigos publicados no *Le Monde Diplomatique*, o senhor fala de vários exemplos da imprensa especializada que cita situações psicológicas do mercado: “O mercado está muito nervoso”, “O mercado está à beira de uma crise de nervos, ele precisa tomar calmantes”, como se esse mercado financeiro fosse uma pessoa com todas as suas complexidades. Então, o senhor diz: “Veja a quem nós fomos confiar a gestão do planeta, depois de algumas décadas”. A pergunta é a seguinte: é possível combater esse personagem que é mundial, esse personagem que inclusive tem um *status di animus*, com atitudes como a ATTAC, que pouco mais vai além do que ter uma página na Internet, e algumas manifestações extremamente reduzidas do ponto de vista de alcance de massa? Eu imagino que no Brasil, por exemplo, fora este programa *Roda Viva*, dificilmente a ATTAC teria espaço numa televisão para apresentar suas teses, e creio que na França não seja diferente.

Bernard Cassen – Na França, é um pouco diferente. Já me apresentei em canais públicos. Mas não tão diferente assim, concordo com você. Veja bem: não pensemos que a ATTAC faz milagres. Somos um pequeno movimento francês, uma gota no oceano. Há muitos outros movimentos, mesmo na França. O que se pensa é que os grandes meios de comunicação não se dão conta disso. Constatamos pela Internet que há centenas e centenas de movimentos no mundo todo, mas eles não se conhecem. Cada um pensa que está mais ou menos isolado;

não sabem que já são muito numerosos. Se lhes permitissem uma grande visibilidade, se a imprensa financeira e a imprensa em geral tratassem essas questões como tratam as outras, ver-se-ia que a capacidade de mobilização, de revolta e indignação é muito grande em todo o mundo. Por enquanto, são ilhas isoladas, sem saber que formam um grande arquipélago. E nós também somos uma dessas ilhas. Constatamos que o que fizemos na França está provocando emulações em outros países. Há sociedades ATTAC na Bélgica, Itália, Alemanha, Quebec, Espanha...

Paulo Markun – O próprio caso do AML...

Bernard Cassen – E há o caso do AML. Esse caso foi denunciado por certos neoliberais como um tipo de guerrilha pela Internet, mas a Internet foi um fator decisivo de destruição daquele acordo, permitindo a circulação em tempo real de todas as informações, colocando todos os internautas a par do que se passava. A ATTAC se situa um pouco nessa lógica. Não é uma associação que vá mudar a face do mundo. Mas nossa intenção é, através da informação, da mobilização, influenciar os eleitores, os que devem decidir, os parlamentares e os governantes. Verificamos que isso é possível. Falamos da Taxa Tobin. Estou convencido de que taxas desse tipo acabarão se impondo. Além do mais, essa não incomoda ninguém; não é uma medida revolucionária. Se fosse um grande financista internacional... Vejam que o próprio Soros, sem se pronunciar contra ela, afirma: “Cuidado, o capitalismo vai de encontro à parede; caminha

para o suicídio se não for regulamentado”. Ele não propõe a taxa Tobin. Mas ousou dizer que ele não seria hostil à ela. Na verdade é uma medida de preservação do capitalismo; está longe de ser uma medida revolucionária. O próprio Tobin me telefonou e disse: “Não sou revolucionário. Só quero estabilizar o sistema financeiro internacional”. Penso que podemos obter algum resultado. Se impedirmos esse sistema financeiro internacional de continuar essa devastação, de continuar avançando, não seria nada mau. Uma situação que não piorasse mais já seria alguma coisa. Depois, será preciso ir mais além e reconquistar espaços perdidos. Como você dizia, a imprensa vê o mercado “nervoso”, “afobado”. O que são esses mercados? Quem elegeu esses mercados? Ninguém elege um mercado. Votamos em um deputado, em um presidente, não em um mercado. E eles nos vêm dizer: “É o mercado quem governa”. A exigência democrática mínima é enquadrar os mercados; é fazer deles instrumentos de projeto político, sócio-econômico, e não fazer deles os mestres que aplicam sua lógica a toda a realidade econômica, social e cultural. É um projeto grande; poderá existir um dia.

Wanderley das Neves Cardoso – Por gentileza, eu queria só a informação de como funcionaria, quer dizer, como as pessoas que de fato têm a necessidade de ter acesso a recursos teriam a garantia de tê-los. Por exemplo, num caso de uma taxa dos capitais especulativos: como uma pessoa que necessite, como os miseráveis, os pobres, conseguirão esses re-

ursos? Como a sociedade civil pode garantir que esses recursos sejam de fato usados para essas pessoas, e não usados, por exemplo, para numa eventualidade como salvar o Sr. Soros, ou salvar um banco que está em vias de quebrar? Então, que instrumentos a sociedade civil deve criar, para garantir que esses recursos sejam corretamente utilizados?

Bernard Cassen – É uma questão importante, mas ainda não há uma reflexão coletiva elaborada sobre isso. Todos sabem muito bem o que não se deve fazer. Não se deve fazer o que hoje faz o FMI ou o Banco Mundial. Então, é claro, esses organismos não devem assumir a gestão dos recursos gerados por essas ou por outras formas de taxação. É preciso um organismo internacional, evidentemente. É preciso a presença nele não só dos governos, pois sabemos como eles são porta-vozes de Soros & cia. É preciso haver forças novas, Ong’s, sindicatos, é preciso pensar numa estrutura que permita administrar democraticamente, de forma totalmente transparente, os recursos obtidos. Ainda não chegamos a isso, infelizmente. Estamos tentando convencer os governantes a implantar a taxa. Através de uma reflexão coletiva, sei que acharemos uma solução técnica e democrática, aliás mais democrática que a existente nesses organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial. Isso faz sentido.

Luiz Felipe de Alencastro - Bernard, há um ponto, ainda. O senhor é cidadão francês e na França está ocorrendo uma

experiência muito interessante, completamente em oposição a tudo que tem ocorrido nos países avançados, inclusive nos países de governos sociaisdemocratas, que é a redução da jornada de trabalho, para a semana de 35 horas. Quando isso foi anunciado pelos governos socialistas, todo o mundo, sobretudo o patronato francês, disse que ia acontecer uma catástrofe, fuga de capital, e a economia francesa ia desabar. Entretanto, os acordos estão sendo feitos, isso está caminhando, e há uma perspectiva muito maior de criação de emprego do que com o subsídio para a criação de emprego, como era utilizado ultimamente: quer dizer, o senhor não acha, também, que o espaço nacional com vontade política e coragem política, um governo verdadeiramente socialdemocrata, pode dar avanços e inverter a marcha?

Bernard Cassen – Claro, acredito. O governo de Lionel Jospin fez passar em primeiro turno as 35 horas. O segundo será votado em breve. Essa lei reduzirá a jornada de trabalho a 35 horas. Sou um pouco menos otimista que você quanto à criação de empregos por esse meio. Talvez sirva para manter o nível de empregos, o que já seria alguma coisa. Mas é uma medida que, de saída, irritou profundamente o patronato francês. Mas ele logo vai se recuperar de outra forma, aumentando o número de horas-extras. Diria que o governo não seguiu totalmente o objetivo dessa lógica. É verdade que hoje se pode produzir muito mais com muito menos pessoas. Técnicos norte-americanos inventaram o conceito

de *real engineering*, que traduzimos, em francês, por *reconfiguration*. O que eles mostram? Mostram que, nos EUA, se pode produzir a mesma quantidade de bens e serviços, diminuindo em um quarto o número de ativos. De 100 milhões de população ativa, ficam 25 milhões desempregados e, em termos de produção, não acontece nada: a produção não muda. Ainda há uma margem de manobra. Podem-se criar mais 25 milhões de desempregados. Fui conferir nos EUA o ‘milagre’ do desemprego: eles acrescentam ao número de desempregados 1.800.000 pessoas que estão presas. São, justamente, jovens e pessoas na idade ativa, são pessoas em liberdade condicional. Isso acaba sendo uma indústria. Na Europa, o número de prisioneiros por mil habitantes é dez vezes menor que nos EUA. O índice de encarceramento nos EUA só não excede o da Rússia, principalmente da era soviética. Observando que as causas são delinquência e violência, isso dá uma idéia da sociedade norte-americana. É exatamente o que não queremos, a preço nenhum, na Europa. É um antimodelo, para nós, baseado na precariedade, na delinquência e na violência. Mas a redução para 35 horas de trabalho é uma boa medida. Pode-se fazer a mesma coisa trabalhando menos. Trata-se de dividir a riqueza de outra forma. Como já lhe disse, o neoliberalismo produz cada vez mais riqueza. É preciso admitir isso. Mas, ao mesmo tempo, faz aumentar o número de pobres e desempregados. As curvas são paralelas. Se o crescimento é assim; o número

de desempregados é assim; se o número de pobres sobe, o índice de riqueza também. É isso que é preciso dizer, para re-direcionar uma política permanente que sempre privilegiou o lucro das finanças em detrimento do trabalho. Então, é preciso recolocar o cursor no outro sentido. Isso supõe uma nova distribuição de riqueza, principalmente pelo lado fiscal. Teremos um problema fiscal. Caminhamos, na Europa, para a harmonização em todas as áreas: monetária, já houve; orçamentária, já houve; fiscal, é preciso fazer. É preciso evitar que empresas francesas sejam prejudicadas por outras empresas européias, que praticam *dumping* social. É a posição do Sr. Tony Blair, que se apresenta como “um novo trabalhista”. Tem tanto a ver com a esquerda quanto a Sra. Thatcher. É o “novo thatcherismo” que temos com o Sr. Blair. Há um combate a ser travado na Europa em torno disso.

Lourival Santana - O presidente Fernando Henrique Cardoso, no início do seu primeiro mandato, enviou uma carta ao presidente Bill Clinton, propondo algum tipo de controle sobre o fluxo de capitais, e essa iniciativa do presidente, parece-me que há clima para que ele a relance. Eu gostaria de saber se você conhece outras iniciativas desse tipo no mundo, de outros presidentes, e que chances tem esse tipo de iniciativa político diplomática?

Bernard Cassen – Acho bom o presidente FHC ser favorável a isso. Poderíamos, ao mesmo tempo, pedir-lhe que

presida uma próxima reunião da ATTAC em Brasília. Nós encorajaríamos essa vontade presidencial.

Lourival Santana – E o Brasil precisa de dinheiro forte, que não é um problema só do Brasil, por isso a questão é um pouco mais complexa que apenas política.

Bernard Cassen – O Brasil não pode pensar em termos de necessidade de moeda forte, fraca etc. O Brasil pode pensar também em termos políticos. O Brasil é uma potência regional e mundial, e precisa fazer mais política que finanças. As finanças virão com a política, e não o inverso. Se começar pelas finanças, não haverá política, e sim subordinação, o que não é a mesma coisa. Há um projeto de lei do Parlamento canadense ...

Lourival Santana – Aí teria que decretar a moratória, não é isso?

Bernard Cassen - ...enviado recentemente — depois que parti não sei como ficou —, visando à adoção da Taxa Tobin no Canadá. Na França, há um projeto de lei, iniciativa de um deputado da maioria da esquerda, para instaurar a Taxa Tobin. O ministro Strauss-Kahn se opõe vigorosamente, claro. Ouvi dizer que o presidente do partido do governo — RPR, de Jacques Chirac —, o Sr. Séguin, se pronunciou publicamente a favor da taxa, por ser, como já disse, uma taxa que nada tem de revolucionária; visa apenas a estabilizar o sistema. Os capitalistas e financistas inteligentes deveriam ser os primeiros a exigir a Taxa Tobin. O problema é que eles só vêem o minuto seguinte, não vêem o amanhã. Acho que há boas chances de

isso acontecer um dia. Não sei se será graças ao presidente Cardoso ou a outro, mas isso virá por necessidade interna do sistema.

Luís Weis – Bernard, queria lhe fazer uma pergunta sobre jornalismo. O senhor se referiu, em mais de um momento da nossa conversa, à existência de “jornalismo de mercado” e a “jornalistas de mercado”, que seriam porta-vozes da ideologia que o senhor considera neoliberal, e o senhor contrapôs a isso um tipo de jornalismo, o que transmite informação científica. Eu não quero fazer nenhuma injustiça, mas isso me lembrou, automaticamente, dos tempos da União Soviética e dos jornais dos partidos comunistas, com “os jornalistas lacaios da burguesia e do imperialismo”, de um lado, e “o jornalismo portador da verdade histórica”. Isso não carrega, um pouco, a arrogância que se opõe à aquilo que seria a arrogância dos porta-vozes do que o senhor considera neoliberalismo?

Bernard Cassen – Você não entendeu bem. Talvez eu não tenha sido claro. Disse apenas que, nos documentos da ATTAC – eu não falava do jornalismo, mas da ATTAC – o rigor científico deve ser completo. Não temos direito de dizer qualquer coisa ou de dar números ao acaso. As exigências intelectuais que nos impomos a nós mesmos... Isso não teria consistência... Ao dizer “científico”, eu queria dizer rigor científico, rigor de investigação, a honestidade científica, que deve estar em tudo o que fazemos como militantes da ATTAC. Não opus ao jor-

nalismo de mercado um jornalismo científico. Isso seria absurdo. O jornalismo deve ser honesto, o que não quer dizer neutro. Não sou neutro, nem você. Mas você é honesto, como eu tento ser. É isso.

Luís Weis – Desculpe interromper, mas eu me surpreendo quando eu leio os seus artigos no *Le Monde Diplomatique*, quando senhor fala “a imprensa anglo-saxã”, como se fosse uma coisa só, como se fosse um monolito, quando temos o *Financial Times*, temos o *Guardian*, na Inglaterra, e assim por diante....

Bernard Cassen – Mas você vai verificar, se ler meus artigos, que cito frequentemente o *Financial Times*, que considero um dos melhores jornais do mundo. Se ele aceitou um debate com o *Le Monde Diplomatique*, é porque ele também tem consideração por nós, como nós por ele. Paramim, o *Financial Times* é um modelo de jornalismo. Não é uma crítica. Do mesmo modo que publicações como o *Wall Street Journal*, *The Economist* outros são profundamente ideológicas, mas a qualidade de suas informações é muito elevada. E utilizo muito esses jornais como fonte de informação, preferivelmente às fontes francesas. Tenho respeito absoluto por elas. No quadro da ideologia deles, são honestas. Mostram sua cor, são pelo mercado, pela livre circulação de capitais. Dizem as coisas muito francamente. Então, é claro que são honestas. Nunca disse que não o eram.

Francisco Withaker – O problema, acho, está em outro patamar, é o problema da informação, em si, ele já falou

agorinha mesmo, o problema do AMI. O professor lembrou que aqui no Brasil saiu um artigo sobre o assunto. Quem é que soube, no Brasil, dessa movimentação cívica enorme que houve na França, em torno de um tratado que ameaçava o Brasil, que o governo brasileiro estava, inclusive, naquele momento, achando que poderia assinar? Quem é que soube disso? Ninguém soube. Esse é o problema. Não é o jornalismo de mercado, é a informação. Por isso eu acho que a ATTAC dá uma contribuição enorme. Eu queria só lembrar um fato que julgo impressionante. O vice-ministro das finanças do EUA, Laurence Sommers, esse cidadão, há oito ou nove anos, publicou um artigo impressionante, num jornal, acho que norte-americano, em que dizia em síntese: “Exportemos a poluição, porque a poluição é mais barata de resolver nos países de Terceiro Mundo do que na Europa. Na Europa, fica muito cara a poluição, porque as pessoas vivem muito tempo, precisam se tratar durante muito tempo nos hospitais, ou seja, é melhor jogar nos países subdesenvolvidos onde tudo isso se resolve com a morte natural das pessoas”. Esse cidadão, atualmente, é vice-ministro de finanças dos EUA e está dando conselhos para o Brasil. Quem é que levantou esse problema aqui, quando vieram indústrias poluidoras de vários países? Ninguém levantou. Quer dizer, o problema da informação, é esse, talvez o objetivo da ATTAC seja o de vincular uma informação que não circula por aí fora. Por quê? Exatamente porque há

grandes interesses de empresas e interesses políticos que a gente não...

Pedro de Camargo Neto - E o leitor brasileiro, e a sociedade organizada brasileira, que não é organizada, não exigem. Se ela fosse mais organizada, não sei se o jornal não estaria dando essa informação. Prof. Cassen, nós vivenciamos um imposto sobre transações financeiras aqui, que arrecadou muito, mas não segurou o fluxo. Os senhores tem estudos de que esse imposto, certamente, arrecadaria muito. Mas acho que a idéia não é arrecadar, a idéia é enfrentar o tigre, também. Será que essa permutação pequena segura o mundo financeiro? Porque aqui no Brasil não segurou. O imposto que o senhor propõe é uma porcentagem pequena? Se for grande, não se viabiliza. Não nos parece que isso segura o ...

Bernard Cassen— Nada impede que a porcentagem varie conforme a circunstância. Assim como os bancos centrais aumentam as taxas de juros para segurar a inflação, poderíamos perfeitamente, para conter a especulação, fazer variar a Taxa Tobin, de 0,1 % a 10%. Estou dizendo assim de qualquer maneira, mas não vejo porque nos privarmos desses meios de intervenção. Poderíamos utilizá-la como arma antiespeculativa.

E, para responder à questão geral sobre jornalismo... É verdade. Mesmo na França, no início, pouco se escrevia sobre o AMI. Foi a partir do momento em que o assunto adquiriu importância política que a situação mudou. Ou, então, a informação, que é dirigida aos dirigentes de em-

presas, como no caso *Business Week*, *Wall Street Journal*, *Financial Times*, *The Economist*, *Gazeta Mercantil*. Um artigo como este que citei é explosivo. Seria preciso publicá-lo em toda parte, difundi-lo. E mostrar aos brasileiros que os bancos americanos fizeram fortunas gigantescas especulando contra o real. Se eu fosse deputado brasileiro, pediria já uma lei de urgência para taxar os lucros escandalosos, monstruosos, dos especuladores brasileiros e norte-americanos.

Luís Weis - *A Gazeta Mercantil* não é um jornal de esquerda...

Bernard Cassen - É um jornal honesto...

Luís Weis - Pois é, esse é o meu ponto, é onde eu queria chegar, é um jornal pró-capitalismo, pró-mercado, mas não sonega informação, me pareceu que houve um mal-entendido aí...

Bernard Cassen - Ele é lido por milhões de pessoas, pessoas que contam, que decidem, mas deveria ser publicado por todos os grandes jornais. É uma informação muito mais sensacional que as inundações.

Lourival Santana - Cassen, dia 28 de fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um suplemento especial de 12 páginas, por sua vez um material, uma ampla reportagem para do *New York Times* onde chamava-se contrato global....

Bernard Cassen - Li e gostei muito. Guardei e ainda o tenho aqui.

Lourival Santana - ...sim, mas mostrando a complexidade da situação, que não é só uma conspiração capitalista querendo atacar, querendo fazer ataques especulati-

vos a outros países. Porque só países que gastam mais do que arrecadam, ou países muito concentrados institucionalmente, é que são os alvos desses ataques.

Bernard Cassen - Ninguém aqui fala em conspiração. Não acho que haja um maestro clandestino orquestrando isso. Há uma lógica geral do sistema. Os artigos do *New York Times*, que li ao serem publicados, e acho ótimo que tenham feito esta reunião deles em português, são notáveis. Mas acho que um jornal deve fazer um pouco de pedagogia. Publicar esse tipo de cifras vale muito mais que todos os suplementos que vocês publicaram. Com elas, entendemos na hora quem ganha e quem perde. Eu queria publicar isso no *Le Monde Diplomatique*, mesmo que apenas trechos. Isso ajuda a compreender muitas coisas. Do mesmo modo, quando eu disse que o Citibank ganha mais com 350 pessoas do que a Citroën com 140 mil, isso faz funcionar certos mecanismos na cabeça. Isso concretiza, em vez de teorizar. As pessoas precisam de coisas concretas. Esses números são concretos.

Antônio Martins - A grande imprensa considerou o governador Itamar Franco um louco, quando ele decretou a sua moratória. No entanto, pouco se sabe dos números do orçamento. E são dados do governo federal que o pagamento da dívida pública vai custar, esse ano, para o Brasil, US\$ 80 bilhões; e são dados também do orçamento que isso equivale a três vezes o que se vai gastar com o ensino universitário, a 60 vezes o que se vai gastar nos institutos de pesquisas e 80 vezes o

que se vaigastar no controle das endemias que estão matando milhares de brasileiros. Conhecendo esses dados, que são pouco conhecidos dos leitores dos jornais, o senhor acha que o governador Itamar Franco é um louco?

Lourival Santana - E será que todos os países que deixam de pagar suas dívidas, não terão mais à frente que pagar juros mais altos, porque os juros são, simplesmente, o preço do risco do país?

Bernard Cassen - Não conheço o Sr. Itamar Franco; não tenho opinião pessoal. Foi presidente do Brasil, e prefiro pensar que...

Lourival Santana - Por acidente!

Bernard Cassen - Por acidente! Mas foi presidente. Não foi destituído, ao contrário de quem ele substituiu. Tenho respeito por ele, claro, mas decretar a moratória me parece medida de simples bom-senso. Quando não se pode pagar o que se sabe que é impagável, quando se conhece como foi constituída a dívida, a moratória sobre essa dívida não me choca nem um pouco. Em geral, não me choca mais que retomar o controle do câmbio, como se deu na Malásia, que retomou o controle do câmbio e foi apoiada por todos os países da Ásia, inclusive pelo governo e patronato do Japão. Acho uma medida de salubridade pública. Se essa medida fosse tomada pelo Brasil, no momento do empréstimo do FMI, talvez o Brasil não estivesse nessa situação. Mas, evidentemente, haveria que sacrificar a ideologia pelo dogma liberal da livre circulação de capitais. Bem, eles circularam, num sentido único, na-

quela época. Decretar moratória... Claro, há dívidas públicas e privadas mas, em princípio, não me parece terrível. Sobre tudo ao vermos as somas enormes que vocês pagarão e outros países também e, com isso, sacrificarão até gerações inteiras para pagar juros a grupos financeiros e bancos que não precisam absolutamente disso. Isso, para mim, é monstruoso do ponto de vista humano. Por isso, eu gostaria que, em vez de falarmos sempre de finanças, falássemos, sim, do homem, e da mulher, naturalmente. E deveríamos pensar num sistema racional, em que as finanças seriam postas a serviço das necessidades sociais mínimas de saúde, educação etc. e não para pagar em dobro o reembolso da dívida. Porque é bem disso que se trata. Todos os planos de ajuste estrutural têm que objetivo? O reembolso da dívida, ou dos juros da dívida. Às vezes, é preciso tomar mais dinheiro emprestado para pagar os juros. Nem estou falando do principal. O princípio de uma anulação geral das dívidas públicas me parece muito bom. Isso pode ser discutido, negociado, reavaliado. Porque é preciso partir para outro mundo. Caminhamos para um mundo de barbárie absoluta, de regressão. Vocês estão em regressão; nós, franceses, também, no plano de... Como se mede o grau de civilização? Como os historiadores escreverão nossa história? Estamos voltando para trás, no plano da educação, da saúde, da segurança etc. etc., para satisfazer as finanças. Em última instância, é isso: as finanças ditam as suas leis ao real, à realidade humana. Se o projeto do Sr. Itamar Franco originar

boas perguntas, vale. Pois, antes de resolver o problema, é preciso fazer as perguntas certas, e eu acho que ele formula uma boa pergunta, e o problema do pagamento da dívida é uma questão ruim, muito negativa. Vamos fazer outras perguntas. Eu gostaria que todos os governos, o de vocês e o nosso, levantassem questões desse tipo e não somente através do prisma estreito dos interesses dos financistas, de Soros & cia.

Paulo Markun - Professor, o nosso tempo está terminando, mas eu acho que há espaço aí para uma última resposta e eu vou usar a prerrogativa do apresentador, de fazer essa última pergunta. A impressão que eu tenho do senhor é que o senhor é um otimista, como Dom Quixote era otimista, a sensação que eu tenho é de que, por trás desse discurso, que certamente, se apóia em aspectos importantes da realidade, existe uma visão que contraria a lógica do sistema capitalista. Lógica desse sistema que ganhou a guerra, talvez essa guerra tenha sido a um custo muito elevado, mas o fato, o objetivo, é que, hoje, todas as forças políticas que pensavam de maneira diferente foram postas para fora do cenário político mundial. Então, a pergunta que eu faço é a seguinte: o senhor acha que daqui a dez anos, ou daqui a quinze anos, ou, enfim... que no próximo século nós estaremos vivendo num mundo em que a lógica capitalista não vai ser a única existente?

Bernard Cassen - É impossível fazer previsões. Se há dez anos se perguntasse neste seu programa a qualquer um sobre os dez próximos anos, por certo esse

alguém teria falhado. Creio que, sem risco de grandes erros, com base em dados existentes e no que dizem diferentes analistas, podemos prever, ainda assim, que esse sistema que causou mais mortes que o comunismo... Vale lembrar que na Rússia, a expectativa de vida masculina baixou 7 anos. Vocês se dão conta? Sete anos em dez anos. A população perde 600.000 habitantes por ano... Na Rússia, o capitalismo conseguiu fazer o que o comunismo não havia conseguido. Não se deve mais falar de capitalismo russo. Acabou. Nem de reformas. Eles compreenderam o que é o liberalismo selvagem. Isso não quer dizer que se deva voltar ao comunismo. Estamos voltando a formas de barbárie, e nada de bom pode vir disso. Quando se vê o que se passa na Indonésia, em que dezenas de milhões estão à beira de uma conflagração; que na Rússia há uma situação de quase conflagração em toda parte – num país que ainda tem mais de 20.000 ogivas nucleares, não nos esqueçamos disso. Eis um risco enorme de explosões, de retorno à barbárie, incontável em várias partes do mundo. É esse o risco maior. É um risco partilhado por Soros. Leiam o livro dele, pelo simples fato de que contém coisas extremamente úteis. É preciso lê-lo. Há outras possibilidades. Os dirigentes terão a coragem política, a visão política de orientar nosso mundo para outro futuro, que não o da barbárie? A capacidade intelectual deles não está em dúvida. Sabemos muito bem quem é o presidente Cardoso; um intelectual bem conhecido na França. E pessoas como ele poderiam utilizar sua

visão, sua capacidade sociológica, para promover um outro projeto de civilização, para mostrar que o nosso mundo, do jeito que está, caminha em direção a quê? Em direção à barbárie. É possível. Eu o creio. Mas sou otimista. Em todo caso, eu lutaria por isso, modestamente, como posso, como jornalista, como acadêmico, como membro da ATTAC. Espero que no Brasil... espero não, tenho certeza, depois do que vi em três grandes cidades do Brasil, que essa capacidade de indignação, de recusa à resignação exista

em um número cada vez maior de pessoas. É preciso que estas pessoas se organizem, se façam ouvir e difundam sua visão. E, mesmo que o sistema dos meios de comunicação esteja aferrolhado no Brasil – não completamente, mas quase –, sempre há um meio de se fazer ouvir. O desejo é bom para o Brasil, e bom para nós também, pois estamos todos no mesmo barco.

Paulo Markun – Muito obrigado pela sua entrevista, muito obrigado aos nossos entrevistadores.